

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.511.215 - PR (2019/0150857-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : **MUNICÍPIO DE CURITIBA**
PROCURADORE : **CARLOS AUGUSTO MARTINELLI VIEIRA DA COSTA -**
S **PR015872**
ANA BEATRIZ BALAN VILLELA E OUTRO(S) - PR031401
AGRAVADO : **ARCANJO INFORMATICA LTDA**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MUNICÍPIO DE CURITIBA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA EM DEZEMBRO DE 2010 – DÉBITOS DE ISQN REFERENTES AOS ANOS DE 2004 E 2005 E TAXAS DE EXPEDIÇÃO E LOCALIZAÇÃO INSCRITAS EM NOVEMBRO DE 2004 QUE JÁ SE ENCONTRAVAM PRESCRITOS ANTES DA PROPOSITURA DA EXECUÇÃO – PRESCRIÇÃO MATERIAL CONFIGURADA – DÉBITOS DE ISQN CONSTITUÍDOS NOS ANOS DE 2006 2007 E 2008 – TRIBUTOS QUE SE ENCONTRAM FULMINADOS PELA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL COM O DESPACHO CITATÓRIO PROFERIDO PELO MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU – VIGÊNCIA DA LEI COMPLEMENTAR N O 118/2005 – DESPACHO PROFERIDO EM DEZEMBRO DE 2010 – AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÕES EFETIVAS POR PARTE DO EXEQUENTE – PROCESSO QUE TRAMITOU POR MAIS DE 6 (SEIS) ANOS SEM A CITAÇÃO DO DEVEDOR – TRANSCURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL QUE NÃO PODER SER ATRIBUÍDO COM EXCLUSIVIDADE AO PODER JUDICIÁRIO – DEVER DO EXEQUENTE DAR O REGULAR PROSSEGUIMENTO AO PROCESSO – NÃO CABIMENTO DOS ARTIGOS 25 E 40 DA LEI N O 6830/80 AO CASO – INAPLICABILIDADE DA SÚMULA N O 106 DO STJ – CONDENAÇÃO DO MUNICÍPIO AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS – POSSIBILIDADE – PRECEDENTES DESTA CORTE – ISENÇÃO SOMENTE DA TAXA JUDICIÁRIA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 174 do CTN e art. 25 da Lei n. 6.830/80, no que concerne à responsabilidade pela paralisação do processo, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Na realidade o processo jamais ficou paralisado por culpa do Município, visto que a execução fiscal foi ajuizada no prazo legal, bem como foi requerida a citação do executado, sendo a demora na efetivação do ato citatório responsabilidade exclusiva do serviço judicial (fl. 90).

É o relatório. Decido.

O acórdão recorrido consignou que:

Compulsando os autos, observa-se que a execução fiscal foi proposta em 6 de dezembro de 2010 para a cobrança de créditos tributários de ISQN-Fixo, Taxa de expedição e Taxa de localização. Quanto aos débitos de ISQN estes são referentes aos anos de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, já no que se refere às mencionadas taxas, estas foram inscritas em 16 de novembro de 2004.

Cumpre destacar que a demanda foi proposta na vigência da Lei Complementar nº 118/2005, que reformou a redação do inciso I, do parágrafo único, do supramencionado art. 174, de forma que o mero despacho citatório teria o condão de interromper a contagem do prazo prescricional.

Contudo, antes mesmo do ajuizamento da execução fiscal alguns dos débitos tributários já se encontravam prescritos. Isto pois, da data de constituição dos tributos de ISQN dos anos de 2004 e 2005, bem como ambas as taxas supramencionadas, já havia transcorrido o prazo quinquenal previsto em lei. De forma que restou configurada a prescrição material dos referidos débitos.

Quanto ao restante dos tributos, ocorreu a prescrição em sua modalidade intercorrente.

Em que pese tenha ocorrido a interrupção do prazo prescricional, o exequente não apresentou diligências frutíferas para a citação do devedor, ou, ainda, a satisfação da dívida, permitindo que o processo tramitasse por mais de 6 (seis) anos até que fosse intimado para se manifestar acerca da ocorrência da prescrição dos débitos tributários.

Necessário destacar, ainda, que a culpa pelo transcurso do prazo prescricional não pode ser atribuída com exclusividade ao aparelho judiciário, visto que é dever do exequente dar o regular prosseguimento à execução fiscal, objetivando a satisfação da dívida tributária, o que não ocorreu no caso, em que o Município de Curitiba intentou a execução fiscal passados cinco anos da constituição de parte dos débitos, bem como não diligenciou de forma efetiva para a satisfação do restante dos tributos (fl. 78).

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da

pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 07/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente